



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB CAMPUS XVII**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS**

**A INSERÇÃO DA FÉ CATÓLICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE EM**  
**TORNO DA CONSTRUÇÃO DAS PRIMEIRAS IGREJAS CATÓLICAS**  
**NA CIDADE HISTÓRICA DE SANTA CRUZ CABRÁLIA**

**Katia Pinto Alves**

**Eunápolis – BA**

**2023**

**A INSERÇÃO DA FÉ CATÓLICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE EM  
TORNO DA CONSTRUÇÃO DAS PRIMEIRAS IGREJAS CATÓLICAS  
NA CIDADE HISTÓRICA DE SANTA CRUZ CABRÁLIA**

**Katia Pinto Alves**

Artigo apresentado pela discente Kátia Pinto Alves como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Graduada no curso de Licenciatura Plena em História.

**Eunápolis – BA**

**2023**

Katia Pinto Alves

**A INSERÇÃO DA FÉ CATÓLICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE EM  
TORNO DA CONSTRUÇÃO DAS PRIMEIRAS IGREJAS CATÓLICAS  
NA CIDADE HISTÓRICA DE SANTA CRUZ CABRÁLIA**

Artigo apresentado pela discente Kátia Pinto Alves como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Graduada no curso de Licenciatura Plena em História.

Aprovada em: 11/07/2023

Banca Examinadora:

---

Profª Drª Ivanice Ortiz Teixeira – Orientadora  
(UNEB – Universidade do Estado da Bahia)

---

Prof. Dr. Charles Nascimento Sá  
UNEB – Universidade do Estado  
da Bahia)

---

Profª Drª Caroline Lima Santos  
(UNEB – Universidade do  
Estado da Bahia)

## RESUMO

A conquista do território do que hoje chamamos de América pelos europeus em 1492 trouxe inúmeros eventos históricos ao longo dos séculos a frente. Adiante, nos primeiros momentos do século XVI, os portugueses chegaram nas terras que hoje chamamos de Brasil, especificamente na localidade de Coroa Vermelha fixada na região do extremo sul do Estado da Bahia e que compõe a atual Costa do Descobrimento. Com o então iniciado processo de colonização, as mudanças na vida e cultura dos povos nativos se tornaram cada vez mais profundas e passaram a atingir todos os ambientes da vida social, a exemplo o sistema de religiões e crenças ancestrais dos povos que ali viviam desde os tempos de outrora. O processo de colonização e catequização rapidamente começou a se disseminar por todas as localidades próximas como na área de Santa Cruz Cabrália, local em que se fundamenta territorialmente essa pesquisa. O erguimento dos primeiros templos religiosos de origem cultural europeia e cristã, como a construção das duas primeiras igrejas na vila colonial de Santa Cruz, deu origem à cidade histórica deste local, resistente ao tempo até os dias atuais. Tendo este histórico como base, este artigo se propõe a analisar o processo de inserção da Igreja Católica na cidade de Santa Cruz Cabrália, transcorrendo um estudo sobre o processo de ocupação do território brasileiro, das terras conquistadas através da colonização imposta pelo Estado Português, associado à participação da Igreja em sua atuação no projeto catequético de evangelização dos povos nativos, com influência na vida social e religiosa, por intermédio da implantação da fé cristã. Para tal a presente pesquisa utiliza-se do método contido no paradigma indiciário de GINZBURG (1989), ao realizar uma revisão bibliográfica de autores e autoras como CANCELA (2014), FAUSTO (2004), TODOROV (1982) entre outros que versem sobre o tema e observam o processo de colonização pela ótica das Américas, do Brasil e da Bahia, o que ancora este trabalho no campo conceitual da micro história (LEVI, 2016).

**Palavras-chave:** *Catolicismo, catequização, Santa Cruz Cabrália.*

## SUMMARY

The conquest of the territory of what we now call America by Europeans in 1492 brought countless historical events over the centuries to come. Later, in the first moments of the 16th century, the Portuguese arrived in the lands that we now call Brazil, specifically in the locality of Coroa Vermelha located in the extreme south of the State of Bahia and which makes up the current Discovery Coast. With the colonization process then initiated, the changes in the life and culture of the native peoples became more and more profound and began to reach all environments of social life, such as the system of religions and ancestral beliefs of the people who lived there since the we have from the past. The process of colonization and catechization quickly began to spread to all nearby locations, such as the area of Santa Cruz Cabrália, where this research is territorially based. The erection of the first religious temples of European and Christian cultural origin, such as the construction of the first two churches in the colonial village of Santa Cruz, gave rise to the historic city of this place, resistant to time until the present day. Having this background as a basis, this article proposes to analyze the process of insertion of the Catholic Church in the city of Santa Cruz Cabrália, running a study on the process of occupation of the Brazilian territory, of the lands conquered through the colonization imposed by the Portuguese State, associated to the participation of the Church in its work in the catechetical project of evangelization of the native peoples, with influence in the social and religious life, through the implantation of the Christian faith. For this, the present research uses the method contained in the evidence paradigm of GINZBURG (1989), when carrying out a bibliographical review of authors and authors such as CANCELA (2014), FAUSTO (2004), TODOROV (1982) among others that deal with the theme and observe the colonization process from the perspective of the Americas, Brazil and Bahia, which anchors this work in the conceptual field of micro history (LEVI, 2016).

**Keywords:** *Catholicism, catechization, Santa Cruz Cabrália.*

# A INSERÇÃO DA FÉ CATÓLICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE EM TORNO DA CONSTRUÇÃO DAS PRIMEIRAS IGREJAS CATÓLICAS NA CIDADE HISTÓRICA DE SANTA CRUZ CABRÁLIA

*À medida que a colonização e a atividade missionária afastavam-se do litoral, povos indígenas de diferentes culturas e que não eram falantes da língua geral foram contatados. Esses povos foram identificados, de modo genérico, como “tapuias”, termo tomado de empréstimo do idioma tupi. Eles eram considerados mais bravios e indômitos do que os povos do litoral (CANCELA, 2014, p. 49).*

## INTRODUÇÃO

A epígrafe que abre a introdução deste texto traz evidências do quanto as terras do Novo Mundo eram proveitosas para os portugueses. Interessados em riquezas naturais, visionavam a conquista dos territórios continentais pois lhes seria favorável na obtenção e manutenção de riquezas, com a construção de estruturas físicas próprias para tal fim. Porém, ao se tratar do que chamamos de processo de colonização outro modo de dominação se fez presente e seu poder de disseminação foi gigantesco, estamos falando do processo de catequização que modificou toda uma estrutura cultural e religiosa local. Sendo povos não falantes da então tida “língua geral” portuguesa, o processo de catequização atuou como *modus operandi* de conquista, dominação e modificação de estruturas sociais, políticas, econômicas e religiosas que afetaram para sempre o cotidiano dos povos nativos. Adiante trataremos deste aspecto de forma mais detalhada.

Abordando a proposta da presente pesquisa, buscaremos analisar o processo de consolidação da fé cristã no Brasil entre os séculos XVI e XVII durante a implantação do projeto colonial, associada ao também projeto de catequização dos povos nativos da terra conquistada pelos portugueses e a relação da Igreja Católica com o Estado Português por meio do mecanismo do Padroado Régio. Assim, visamos conhecer a fundação da vila colonial de Santa Cruz no território da capitania de Porto Seguro, que posteriormente deu origem à cidade histórica de Santa Cruz Cabralia e a construção das primeiras igrejas católicas na vila.

Para isso, iremos utilizar a intervenção metodológica do paradigma indiciário de (GINZBURG, 1989) que consiste na busca minuciosa por informações que cheguem à teoria inicialmente vislumbrada. Em seus estudos, Carlo Ginzburg através de estudos sobre a identificação de obras de arte observa um novo método de identificação de obras de arte que se valia da busca por elementos únicos em cada uma delas revelariam seu real autor, mesmo obras pertencentes a um mesmo estilo de artista ou quadros que sofreram replicação.

Atrelado a este pensamento, GINZBURG (1989) percebe que esta técnica seria de grande valia para os estudos históricos. O autor explica:

O que caracteriza esse saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimental diretamente. Pode-se acrescentar que esses dados são sempre dispostos pelo observador de modo tal a dar lugar a uma sequência narrativa, cuja formulação mais simples poderia ser “alguém passou por lá” (GINZBURG, 1989, p. 152)

Neste ponto, o autor toca na busca por evidências que demonstrem aspectos negligenciáveis de um fato, de um momento, de um evento. Assim, seria possível vislumbrar a complexidade de uma realidade que não é evidenciada pura e simplesmente por intermédio de um olhar superficial, tão pouco sob um único prisma. Fala sobre os primórdios da história humana, onde os primeiros grupos de caçadores coletores aprendiam a formular suas narrativas através da observação do entorno, chegando assim ao conhecimento passado de geração em geração.

O paradigma indiciário de GINZBURG (1989) busca eventos de causalidades individuais e assim mergulha em suas minúcias para conhece-lo dentro de todo um contexto. Dentro desta pesquisa, tal método auxiliará na busca por informações múltiplas que nos ajudem a contextualizar a inserção da fé católica na vida de Santa Cruz tendo como base a análise de teóricos e pesquisadores que já discursaram sobre o tema em específico, buscando entrelaçar este conhecimento ao de autores que abordam o tema de uma forma mais ampla.

Este aspecto da pesquisa leva-nos ao campo da micro história, que ganha ares na década de 1970 e que foi defendido por LEVI (2016) ao afirmar que a micro história nasce “da necessidade de recuperar a complexidade da análise, da renúncia às leituras esquemáticas e gerais para poder observar realmente como se originavam comportamentos, escolhas e solidariedades” (LEVI, 2016, p. 21). Deste modo,

buscaremos uma análise da complexidade histórica por trás dos mecanismos de dominação portuguesa na região sul da Bahia, mais especificamente sobre a inserção da fé Católica na região de Santa Cruz Cabrália. O autor que defende a micro história como “uma tentativa de narrar sem esconder as regras do jogo que o historiador seguiu” (LEVI, 2016, p. 22). Dessa forma, trazer para o contexto histórico de Santa Cruz Cabrália os eventos da conquista das Américas e do Brasil através do solo baiano é de grande importância atrelado a um breve histórico da Igreja Católica em seus primórdios de surgimento, disseminação e consolidação.

De fato, a Igreja Católica teve fundamental influência na conquista territorial do solo brasileiro, tendo em vista sua atuação por meio da imposição de um sistema de vida social e ideológica por meio do cristianismo ensinado aos povos nativos por meio da fé católica. De origem cristã, o catolicismo se tornou a religião dominante em todo o mundo ocidental, ramificando-se em diversos outros segmentos e religiosos relacionados ao cristianismo. Ao longo da história, a construção de civilizações que se desenvolveram ao longo do tempo na humanidade, as religiões estiveram presentes, dentre as quais está presente a religião cristã de caráter monoteísta e de origem abraâmica, que tem como figura central o “messias”, nomeado entre os cristãos de Jesus de Nazaré.

Inserida em um contexto cultural helênico, o Cristianismo surge no Oriente Médio há mais de dois mil anos. Em Roma, com a conversão ao cristianismo pelos seus cidadãos mais importantes, como o Imperador Constantino I no ano 312 d.C., é que a religião cristã obtém a liberdade de culto. Em 325 é realizado o Concílio de Niceia promovido pela Igreja Católica com a convocação de Constantino para se discutir a fé cristã em uma assembleia que contou com a participação de vários bispos do clero, contudo, só a partir do final do século IV (380 d.C.) que o imperador Teodósio a institui como religião oficial do Império Romano.

Com o início da Idade Média e a expansão do cristianismo, a Igreja Católica alcança a condição de principal instituição e passa a disseminar os valores da fé cristã pela Europa Medieval. A expansão de território europeu pelo mundo pelo meio da conquista de terras e instalação de colônias contavam com o apoio e “benção” da Igreja, que obtinha grande partes dos lucros com tais investidas europeias ao desconhecido. E assim foi no período das expansões ultramarinas, o apoio da Igreja

à Coroa era sempre feito sob laços de reciprocidade e apoio. Franceses, Portugueses, Espanhóis, Holandeses, todos se valiam do poder da Igreja para expandir seus territórios, tendo em vista que um sistema de crenças facilitava o processo de dominação completa dos povos nativos e tradicionais.

No continente americano, a investida por território se dá a partir do final do século XV, início do século XVI, com a chegada de Cristóvão Colombo nas ilhas americanas, de imediato trazendo profundas mudanças na vida e cotidiano dos povos nativo-americanos. Tzvetan Todorov nos fala sobre este aspecto:

O século XVI veria perpetrar-se o maior genocídio da história da humanidade. Mas não é unicamente por ser um encontro extremo, e exemplar, que a descoberta da América é essencial para nós, hoje. Além deste valor paradigmático, ela possui outro, de causalidade direta. A história do globo é, claro, feita de conquistas e derrotas, de colonizações e descobertas dos outros; mas, como tentarei mostrar, é a conquista da América que anuncia e funda nossa identidade presente. Apesar de toda data que permite separar duas épocas ser arbitrária, nenhuma é mais indicada para marcar o início da era moderna do que o ano de 1492, ano em que Colombo atravessa o oceano Atlântico (TODOROV, 1982, p. 03).

O autor fala que a conquista da América funda nossa identidade presente, onde de alguma forma o que existia antes deste contato foi uma vez para sempre perdido. Indica o ano de 1492 como um período de profundas mudanças no cenário mundial: o surgimento da América. A investida marítima de Colombo através do oceano Atlântico impulsiona não somente o domínio de terras para expansão territorial e extração de riquezas, mas principalmente a disseminação da ideologia católica. Sobre este aspecto, autor ainda nos traz que:

A necessidade de dinheiro e o desejo de impor o verdadeiro Deus não se excluem. Os dois estão até unidos por uma relação de subordinação: um é meio, e o outro, fim. Na verdade, Colombo tem um projeto mais preciso do que a exaltação do Evangelho no universo, e tanto a existência quanto a permanência deste projeto revelam sua mentalidade (TODOROV, 1982, p. 07).

Fica evidente os interesses econômicos e ideológicos presentes na conquista do solo americano, estando ambos nas palavras do autor em uma “relação de subordinação”, ou seja, uma relação de interesses em que ambos se beneficiavam, Estado e Igreja. É possível que esta relação de simbiose seja tão profunda que um não funcionaria bem sem o outro. A Igreja necessitava de poder bélico e exércitos para disseminar seus ideais, já o Estado garantiria a “educação” para a manutenção

da conquista durante o processo da colonização, e ambos se favoreciam economicamente deste processo.

Ao sul das Américas o português Pedro Álvares Cabral atraca no litoral sul da Bahia no ano de 1500, com os mesmos interesses pela extração de riquezas e colonização dos povos nativos. Para tal necessitou da relação simbiótica entre a Coroa portuguesa e a Igreja Católica. Sobre este cenário, CANCELA (2014) diz:

Os franciscanos estiveram presentes no Brasil desde 1500, acompanhando a viagem oficial de descobrimento, capitaneada por Pedro Álvares Cabral. Embora não tenham deixado registros contemporâneos, é certo que participaram de expedições de reconhecimento do território e colonização ao longo da primeira metade do século XVI (CANCELA, 2014, p. 54).

A ordem dos franciscanos chega junto com a primeira incursão portuguesa às terras ao sul das Américas. Neste sentido, é possível observar o quanto a religião estava presente desde os primórdios da colonização com o claro intuito de enfraquecer o sistema civil local ao introduzir um novo sistema ideológico e político através da fé cristã. Assim, tendo como base neste breve contexto histórico em que relaciona a presente pesquisa e tendo sido lançadas as bases metodológicas para tal, seguiremos com o aprofundamento no tema proposto a este artigo.

## **1. A CHEGADA DOS PORTUGUESES E O INÍCIO DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO**

Foi com a chegada da expedição de Pedro Álvares no ano de 1500 e a tomada do território e das terras indígenas – hoje chamamos de Brasil - que se estabeleceram dois poderes administrativos constituídos: o Estado Português e a Igreja Católica. Como relata o escrivão do Capitão-mor Pero Vaz de Caminha em sua carta enviada a El rei D. Manuel I:

Ao domingo de Pascoela pela manhã, determinou o Capitão de ir ouvir missa e pregação naquele ilhéu. Mandou a todos os capitães que aprestassem nos batéis e fossem com ele. E assim foi feito. Mandou naquele ilhéu armar um esperável e, dentro dele, um altar mui bem corrigido. E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual foi dita pelo padre Frei Henrique, em voz entoada e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes,

que todos eram ali. A qual missa, segundo o meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção. (Carta de Pero Vaz Caminha, p. 05<sup>1</sup>)

Os religiosos católicos que acompanhavam a expedição comandada por Pedro Álvares Cabral, pertenciam à Ordem de São Francisco de Assis e, de acordo com a Carta de Pero Vaz de Caminha, celebraram duas missas. A primeira não passou de uma convenção católica por estarem na Semana Santa e no Domingo de Páscoa e sua realização se deu em um ilhéu formado na superfície de um dos recifes próximos ao litoral no dia 26 de abril de 1500 e foi realizada por Frei Henrique Soares que carregava uma cruz, um crucifixo de ferro medindo 37,5 centímetros de tamanho. Já a segunda missa, celebrada em terra firme, simbolizou a posse oficial da terra e o estabelecimento da colônia portuguesa. A cerimônia se deu na foz de um rio que corria paralelo à praia, onde uma grande cruz de madeira confeccionada por dois carpinteiros foi fincada no dia 1º de maio de 1500, a “dois tiros de besta do rio” contra o Sul. A missa também contou com os olhares atentos e curiosos dos tupiniquins, habitantes daquelas terras.

Após o retorno da viagem de Pedro Álvares Cabral à Índia, em julho de 1501, os portugueses não realizaram nenhum planejamento permanente de colonização durante as três primeiras décadas do século XVI. O interesse, a princípio, era a comercialização dos produtos asiáticos. Embora no início não houvesse maior interesse com sua Colônia na América, o Império português apenas se limitou a enviar expedições exploradoras e guarda-costas que tinham por objetivos: o reconhecimento do litoral, dar nomes aos acidentes geográficos, a extração de pau-brasil, fundação de feitorias e combate aos invasores.

Por volta de 1530, o rei de Portugal chegou à conclusão que seria necessária uma eficaz política de ocupação, já que a atividade de corsários franceses se tornava cada vez mais intensa, a ponto de obrigar o governo português a fazer constantes protestos junto à corte francesa enquanto suportava uma importante crise no comércio das especiarias no Oriente. Dentro deste contexto, Portugal decide enviar uma expedição colonizadora comandada por Martim Afonso de Souza.

---

<sup>1</sup> BRASIL. Ministério da Cultura. A carta de Pero Vaz de Caminha. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/Livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf). Acesso em 14/04/2023.

Diferente das demais expedições oficiais, Martim Afonso possuía, além das incumbências exploratórias e do controle das atividades de contrabandistas, atribuições de governante: nomeação de funcionários, exercícios da justiça e doação de terras (sesmarias), estabelecendo os primeiros núcleos de povoamento. (Motta, 1998:17)

Martim Afonso de Souza funda, em 1532, a vila de São Vicente, a primeira da Colônia portuguesa e constrói um engenho para dar início à produção açucareira. Apesar do seu empenho para proteger a Terra de Santa Cruz, a grande extensão do litoral dificultava o combate aos invasores e ao contrabando de pau-brasil já que Portugal, naquele momento, não dispunha de recursos suficientes para financiar novas expedições devido às instabilidades no comércio das especiarias no Oriente.

Diante desta situação, o rei D. João III cria, em 1534, decide criar o sistema de capitanias hereditárias, como medida de povoamento de todo o litoral, na tentativa de evitar possíveis ataques de corsários, invasões e o receio de perder as terras. A Colônia é então dividida em 15 grandes lotes de terras que se estendiam da costa atlântica até o limite da linha estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, ocupando uma faixa litorânea de 735 léguas. Cada capitania foi doada pelo rei a um donatário, geralmente pertencente à pequena nobreza e possuidor de relativa fortuna pessoal. Ao todo eram 12 donatários iniciais. A cada um foi entregue dois documentos: a Carta de Doação e o Foral. O primeiro era uma espécie de escritura enquanto o segundo estabelecia os direitos e os deveres de cada um.

“Os donatários receberam uma doação da Coroa, pela qual se tornavam possuidores, mas não proprietários da terra. Isso significava, entre outras coisas, que não podiam vender ou dividir a capitania, cabendo ao rei o direito de modificá-la ou mesmo extingui-la. A posse dava aos donatários extensos poderes tanto na esfera econômica (arrecadação de tributos) como na esfera administrativa. A instalação de engenhos de açúcar e de moinhos de água e o uso de depósitos de sal dependiam do pagamento de direitos; parte dos tributos devidos à Coroa pela exploração de pau-brasil, de metais preciosos e de derivados da pesca cabiam também aos capitães donatários. Do ponto de vista administrativo, eles tinham o monopólio da justiça, autorização para fundar vilas, doar sesmarias, alistar colonos para fins militares e formar milícias sob seu comando.” (FAUSTO, 2004, p.44)

O autor apresenta uma descrição detalhada de como funcionava a economia da Coroa Portuguesa durante os idos do século XVI. As terras conquistadas eram amplas, e seu território era vasto para exploração. Contudo, no decorrer do processo histórico a conquista e colonização do território brasileiro foram sofrendo alterações. O sistema de capitanias não teve o sucesso esperado pelo governo português em decorrência de uma série de fatores como a inexperiência administrativa dos donatários, a falta de recursos financeiros na administração, a dificuldade na

comunicação interna e também com a Coroa Portuguesa, além dos conflitos com os indígenas. Contudo, só duas capitanias prosperaram e trouxeram lucro para a Metrópole, Pernambuco e São Vicente. Para tentar resolver essas questões internas na Colônia Portugal cria em 1548 um sistema de administração centralizada na figura de um governador geral.

O primeiro governador-geral nomeado foi Tomé de Souza, chegou a Colônia em 1549 e desembarcou na capitania da Bahia de Todos os Santos, junto a sua comitiva, vieram também um grupo de padres da Companhia de Jesus, liderados pelo padre Manoel da Nóbrega. A missão do governador era promover a centralização administrativa da Colônia a fim de torná-la mais lucrativa para a Coroa, dar apoio aos donatários e solucionar os conflitos internos entre colonos e a população indígena. Para auxiliá-lo na administração trouxe um provedor-mor encarregado das finanças, um Ouvidor-geral encarregado da justiça e um Capitão-mor da costa, encarregado da defesa do litoral. Ainda neste ano, funda a cidade de Salvador, que se tornaria sede da sua administração e a primeira capital do Brasil.

## **2. A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E IGREJA NO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO E CATEQUIZAÇÃO**

A missão dos padres jesuítas era consolidar e expandir a fé cristã católica através da catequese indígena, através do ensino religioso e educacional. A atuação desses religiosos na América Portuguesa estava explicitamente associada ao processo de colonização da Coroa e o trabalho realizado por esses padres visava colonizar e ocupar as terras brasileiras. Neste projeto estava incluída a criação das Missões Jesuíticas, a formação de aldeamentos, povoados e vilas, com escolas para os indígenas e para os filhos dos colonos, em torno de um regime que mesclava estudo, trabalho e ensino religioso. Para que a fé cristã fosse inserida a população indígena era preciso o conhecimento da língua dos nativos da terra e também da mesma forma para os professores. Os índios reunidos nesses aldeamentos viviam do cultivo da terra, se valendo de técnicas agrícolas ensinadas pelos religiosos.

“Como Ordem oficial da empreitada colonial tanto portuguesa quanto espanhola, os padres jesuítas catequizavam os índios, conquistando, desta maneira, novos fiéis para a Igreja católica, então defasada devido à adesão de alguns países ao protestantismo. Além da catequese dos índios, coube aos padres jesuítas também instruir os filhos dos colonos, e cuidar para que

os colonos que estavam em terras distantes da Europa não se desviassem dos dogmas católicos”. (ARNAUT DE TOLEDO; RUCKSTADTER, 2002, p. 34).

Os autores chegam a um ponto muito importante desta pesquisa, que é justamente a conquista de novos fiéis para a Igreja, numa espécie de corrida por conversão religiosa em um cenário ocidental em que o protestantismo já fazia adeptos em alguns países europeus com as ideologias de Martinho Lutero a partir de 1517. Assim, após sua chegada a Salvador Manoel da Nóbrega embarca para Porto Seguro em companhia do padre Diogo Jácome, a fim de vistoriar a situação da capitania. Imediatamente depois de sua visita, Nóbrega designa dois religiosos para dar início à catequese dos índios ordenada pela Coroa Portuguesa.

Nessa etapa de evangelização, o conhecimento da língua tupi ou brasílica, que era a matriz falada ou, pelo menos, entendida pelas tribos do litoral, foi de suma importância para a eficiência da catequese. Para avançar no adestramento da língua, muito contribuiu a *Arte da Gramática*, de autoria do padre José de Anchieta que, antes de ser impressa em 1595, circulou pela colônia em cópias manuscritas” (LUSTOSA, 1992).

A relação entre a Igreja e o Estado Português durante a colonização só poderia ser compreendida mediante o entendimento do Padroado. Um conjunto de privilégios concedidos pela Santa Sé ao rei de Portugal e da Espanha, tratava-se de um instrumento jurídico tipicamente medieval que possibilitava um domínio direto da Coroa nos negócios religiosos, especialmente nos aspectos administrativos, jurídicos e financeiros. O rei de Portugal tinha poder para construir igrejas, nomear os padres e os bispos nas terras conquistadas e depois aprovados pelo Papa. O regime do padroado brasileiro tem suas origens no padroado português, e as origens históricas do padroado remontam ao século IV, quando o cristianismo não tinha permissão para realizar suas práticas religiosas livremente nos territórios do Império Romano, como explica (HOORNAERT, 1979) a seguir.

“As origens históricas do padroado devem ser buscadas ainda no século IV. Nos três primeiros séculos da era cristã a Igreja Católica viveu marginalizada da vida pública e social, quer dentro do próprio judaísmo, quer na civilização helênica. O mundo romano não aceitou os cristãos com suas práticas e instituições (HOORNAERT, 1979, p. 160)

Durante o período colonial, as atribuições e jurisdições do padroado eram administradas e supervisionadas por duas instâncias juridicamente estabelecidas pela

Coroa Portuguesa: a Mesa de Consciência e Ordens e Conselho Ultramarino. A primeira, criada pelo rei Dom João III em 1532, julgava, por mandato papal e real, os litígios e causas de clérigos e de assuntos ligados às “causas de consciência” (práticas religiosas especialmente). A segunda tratava mais dos assuntos ligados à administração civil e ao comércio. Faziam parte de ambas os delegados reais geralmente doutores em teologia nomeados pela Santa Sé.

A capitania de Porto Seguro foi doada a Pero do Campo Tourinho, natural de Viana do Castelo cidade situada ao norte de Portugal, grande proprietário rural, vende todas as suas posses e parte para o Brasil em uma expedição composta por quatro embarcações e com cerca de 600 pessoas a bordo. Entre elas sua esposa dona Inês Fernandes Pinto, os filhos Fernão, André e Leonor, colonos acompanhados de suas famílias, homens de arma, funcionários cívicos e autoridades eclesiásticas. Ao chegar à capitania em 1535, região onde Cabral havia aportado em 1500, o comércio e a exploração de pau-brasil já havia sido estabelecido pelos portugueses desde 1526 com a instalação da feitoria de Santa Cruz.

A capitania era composta de 50 léguas que se estendiam do rio Grande, atual Jequitinhonha, limitando-se ao norte com a de São Jorge dos Ilhéus, até o rio Mucuri, limitando-se ao sul com a do Espírito Santo. Ao tomar posse do latifúndio, o donatário inicia o processo de colonização, funda a Vila de Nossa Senhora da Pena sobre uma colina, próxima à foz do rio Buranhém, a qual posteriormente, passaria a se chamar Vila de Porto Seguro, onde estabelece a sede da capitania. A 3 léguas ao norte às margens opostas do rio Itacumirim, atual Mutarí, funda a Vila de Santa Cruz. Nos anos seguintes, movido pela prosperidade econômica inicial estabelece mais duas: Santo Amaro, hoje Arraial D’ajuda, ao sul da Vila sede e Santo André ao norte de Santa Cruz. Pero de Magalhães de Gândavo em sua História da Província de Santa Cruz comenta sobre as principais povoações:

“A principal povoação está situada em dois lugares, convém, a saber, parte dela em um teso soberbo que fica sobre o rolo do mar, da banda norte, e parte em uma várzea que fica junto do rio. A outra povoação, a que chamam Santo Amaro, está a uma légua deste rio para o sul. A duas léguas desse mesmo arrecife, para o norte, está outra (Santa Cruz) que é o porto onde entrou aquela frota quando esta província foi descoberta.” (GÂNDAVO, 2004, p. 66-67)

Em 25 de fevereiro de 1551, é construída na Bahia na cidade de Salvador a primeira Diocese do Brasil e o comando dela ficou a cargo do bispo Pero Fernandes

Sardinha. Esta instituição tinha como finalidade organizar e gerir a implantação da Igreja Católica na Colônia portuguesa. Em 29 de novembro de 1676, foi elevada a Arquidiocese pelo Papa Inocêncio XI, a partir desta data iniciava-se o trabalho dos arcebispos em administrar a evangelização e a catequese. No início do século XVIII, em 12 de junho de 1707, o arcebispo Sebastião Monteiro da Vide apresenta um novo modelo de catequese o qual foi instituído pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Se tratava de uma legislação eclesiástica formada por uma compilação de regras e normas para organização da Igreja no Brasil.

Tal organização, sugeria não somente a consolidação da fé católica entre os nativos para fins defendidos por eles como humanização e salvação divina. Existiu desde o primeiro momento o interesse em conseguir administrar as terras de modo eficiente, ampliando os domínios da conquista e colonização por toda a vida social dos povos colonizados.

O padroado no Brasil teve decisiva influência cultural. Criando a imagem verticalista da missão, ele ajudou a inculcar na alma brasileira a visão paternalista de Deus, pois Deus, o Rei, o senhor local agiam de maneira idêntica: como um pai que protege, resolve os problemas, dá o sustento financeiro, ampara e finalmente manda em tudo. O rei de Portugal agia realmente mais como um pai do que como um administrador moderno: ele respondia pessoalmente a numerosas cartas, dando um toque pessoal e paternal a toda a correspondência colonial, atendia pessoalmente a numerosas audiências, criava a imagem do pai da nação. Assim fazia o senhor local, senhor de engenho ou fazendeiro (HOORNAERT, 1979, p. 38).

O caráter paternalista das expedições missionárias traz para o plano de análise uma ideia de assistencialismo, objetivando inculcar nos povos nativos a noção de necessidade do colonizador. Aptos a acreditarem nesta ideologia e se verem como dependentes de seus colonizadores portugueses, os povos nativos se tornariam fáceis ferramentas para que a Coroa Portuguesa atingisse seus objetivos de expansão territorial que estava cada vez mais crescente juntamente com a obtenção de riquezas extraídas da terra, que crescia na mesma proporção exponencial.

Ao se tratar das investidas missionárias da Igreja para o auxílio no processo de conquista e dominação colonial por meio de ações que envolvem a doutrinação e ordenamento da população nativa é possível analisar o que afirma CANCELA (2014).

A Companhia de Jesus foi criada em 1540 e seus religiosos desembarcaram no Brasil em 1549, acompanhando a comitiva do primeiro governador geral da colônia, Tomé de Souza. Eles adotaram diferentes métodos de catequese visando converter a população nativa ao cristianismo, mas a verdadeira base

do seu sistema missionário durante o período colonial foi o aldeamento, ou seja, a reunião dos índios em povoações nas quais se buscava imprimir uma rotina de ensino da doutrina e transmissão do modo de vida cristão. A catequese nesses espaços permitia a inserção dos missionários na vida comunitária e no cotidiano indígena, fazendo-os assumir funções de párocos, juizes e administradores, como resume o historiador da Companhia de Jesus no Brasil, Serafim Leite. Os jesuítas assumiram tanto a jurisdição “espiritual” quanto a “civil” sobre os índios, atuando como “diretores” ou “administradores” das aldeias (CANCELA, 2014, p. 15-16).

A catequese garantia ao Estado o que o autor chama de “jurisdição espiritual”, permitindo a entrada da Companhia de Jesus em qualquer aldeamento para converter a população nativa ao sistema de crenças católico. Mas analisando mais profundamente as entrelinhas dessas atividades e tendo em vista o que já defendemos até aqui, é possível perceber que a catequese se enquadrava em uma atividade que buscava principalmente a inserção dos povos nativos no sistema de padronização de vida dos colonizadores. A conquista e domínio de novos territórios pelos povos europeus durante longos séculos da história mundial contou com a potente conversão dos povos dominados a um novo sistema social, um novo estilo de vida. Desse modo, missionários eram colocados em cargos de liderança dentro dos aldeamentos, tendo assim plenos poderes religiosos, sociais e políticos frente aos povos nativos em processo de colonização.

A seguir, CANCELA (2014) ainda deixa claro que no decorrer do tempo, outras ordens religiosas católicas se apresentaram nas terras conquistadas do Brasil para assumirem este gigantesco trabalho de conversão dos povos nativos. Especifica o autor que:

Os religiosos da Companhia de Jesus não foram os únicos que exerceram a administração temporal e espiritual das aldeias no período colonial. Na Bahia, capuchinhos, franciscanos e carmelitas da observância e reformados, além do próprio clero secular, tiveram aldeias sob sua administração (CANCELA, 2014, p.16)

Como deixa claro a citação acima, os jesuítas foram praticamente os únicos a desenvolverem um trabalho sistemático de evangelização e catequese dos indígenas no Brasil. Mas, é preciso ressaltar que, além dos jesuítas, outras ordens religiosas atuaram no Brasil, como a dos franciscanos, carmelitas, beneditinos, mercedários, dentre outras, mas, certamente, a Companhia de Jesus foi a mais atuante. Os jesuítas e os franciscanos, durante suas ações missionárias, publicaram catecismos de toda sorte para ajudar no ministério de catequização.

Fica claro até aqui a intenção da Coroa Portuguesa em consonância com a Igreja Católica se utilizar da doutrina e ensino da fé cristã com tácitos objetivos de conquista e dominação. Apesar deste trabalho estar focado nas áreas do extremo sul baiano, especificamente no território onde atualmente se concentram as cidades de Porto Seguro, Coroa Vermelha e Santa Cruz Cabralia, abordamos um histórico amplo que remete às incursões de outras localidades conquistadas anteriormente e posteriormente para evidenciar a ação sistemática portuguesa na frente de comando do sistema colonial. A seguir adentraremos no estabelecimento português na Vila de Santa Cruz, fundando a primeira igreja deste local ainda no século XVI juntamente com o conjunto histórico e arquitetônico presentes na atual cidade para visitação turística.

### **3. RELATOS E ANÁLISES EM TORNO DAS PRIMEIRAS IGREJAS CATÓLICAS CONSTRUÍDAS NA VILA DE SANTA CRUZ**

E tornando Pedralvares, seu descobridor, passado alguns dias que ali esteve fazendo sua aguada e esperando por tempo que l'he servisse; antes de se partir por deixar nome áquella Província por elle novamente descoberta, mandou alçar huma cruz no mais alto lugar, de uma arvore, onde foi arvorada com grande solemnidade e bençoos de Sacerdotes que levava em sua companhia dando á terra este nome de Santa Çruz : cuja festa celebrava naquele mesmo dia a Santa Madre Igreja, que era aos três de maio. (GÂNDAVO, 1858, p. 02).<sup>2</sup>

Após a chegada nas terras do Novo Mundo, os portugueses logo trataram de erigir o símbolo máximo do catolicismo a fim de demonstrar o seu poder religioso e assim começar o empreendimento catequista nestas terras. A chegada dos portugueses data de 22 de abril do ano de 1500 e a primeira missa foi celebrada no dia 26 de abril do mesmo ano, apenas quatro dias depois. Nota-se que os colonizadores trataram de logo assegurar a demarcação do território para a fé cristã, tendo e vista, como já mencionado, os interesses pela expansão territorial e pelos domínios da Igreja Católica.

---

<sup>2</sup> A citação está posta no idioma original da obra, o português arcaico de Portugal. A numeração das páginas seguem a numeração da obra que se inicia após longas páginas de elementos pré-textuais como prólogo e cartas portuguesas.

A fé cristã condensada nos ensinamentos católicos contribuiu como uma grande parcela na consolidação da conquista, o que CANCELA (2014) chama de “indissociável”.

A expansão colonial portuguesa no período moderno não se faz compreender sem atenção à dimensão religiosa que lhe foi concomitante e indissociável. A conversão dos povos nativos das diferentes partes do império ultramarino foi um elemento fundamental e indispensável do expansionismo lusitano (CANCELA, 2014, p. 31).

Observando estas colocações, percebemos a importância da religião. Desta forma, a comitiva lusitana passa a organizar o sistema de aldeamentos com fins de administrar a vida política, social e religiosa dos povos nativos. Com isso, o surgimento de vilas também ordenava a vida social do início do século XVI do sul baiano. Uma destas vilas recebeu o nome de Vila de Santa Cruz, atual cidade de Santa Cruz Cabralia.

Sobre o sistema de aldeamentos, CANCELA (2014) afirma que foi o método encontrado para que a fé católica pudesse ser implantada entre os povos nativos por meio da imposição e desistência das antigas práticas e costumes religiosos.

Os índios, por outro lado, estavam dispostos a manter seus costumes, a despeito de, aparentemente, aceitarem com facilidade a nova religião. O comportamento indígena foi visto, pelos jesuítas e outros agentes coloniais, como contraditório, “inconstante”, pois, com a mesma facilidade com que se convertiam ao cristianismo, ou seja, aceitavam ser batizados, voltavam a praticar seus antigos costumes. Para os jesuítas, passou a ser necessário e fundamental que eles vivessem sob algum tipo de sujeição para que fossem impedidos de praticar aquilo que a seus olhos impedia ou contradizia a aceitação do cristianismo. Os aldeamentos foram uma solução pensada a partir dessa necessidade de controle sobre os povos indígenas (CANCELA, 2014, p. 36)

Os povos nativos apresentaram boa receptividade aos ensinamentos cristãos, porém, um aspecto importante aparece no trecho citado acima é que mesmo diante de um cenário de destituição cultural não abandonaram seus costumes e práticas. Chamado de “inconsistente”, o modo de vida indígena trouxe aos portugueses a ideia de que era necessário um controle maior sobre a fé, sendo o sistema de aldeamento uma configuração inicial para que a Igreja por intermédio dos missionários tivesse as rédeas da vida e cotidiano dos índios, o que ajudaria a combater os velhos costumes substituindo-os pelos ideias de vida e fé cristã lusitanos, tendo em vista que “os aldeamentos permitiram aos missionários a realização de um trabalho cotidiano de catequese, apoiado pelas autoridades civis da colônia (CANCELA, 2014, p. 37).

Não demorou muito e logo começaram a surgir as primeiras construções para fins religiosos. Ao longo desta primeira metade do século XVI igrejas e mosteiros foram erigidos, tendo em vista a possibilidade de sobrevivência frente a disponibilidade de recursos naturais para a manutenção da vida dos colonos nas terras conquistadas.

Esta Província Santa Cruz além de ser tam fertil como digo, e abastada de todos os mantimentos necessarios pera a vida do homem, he certo ser tambem muy rica, e aver nella muito ouro e pedraria, de que se tem grandes esperanças (GÂNDAVO, 1858, p.65).

Rica em recursos, a localidade que abrange o território das vilas de Porto Seguro e Santa Cruz recebe assim umas das primeiras construções religiosas da época. As primeiras igrejas católicas foram construídas no Brasil a partir do século XVI, a primeira que foi erguida na vila de Santa Cruz não resistiu ao tempo por ter sido construída de taipa e alvenaria de barro. Esta informação está contida em conjunto de documentos enviados ao Arquivo Público Municipal de Santa Cruz Cabrália em 1997, pelo Arquivo Ultramarino de Portugal, datado de 1710 a 1712. A referida documentação trata da construção da segunda igreja sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição em Santa Cruz, que revela o motivo da obra em razão da anterior haver caído e se encontrar em ruínas.

Em 1564, a Vila de Santa Cruz devido a sua vulnerabilidade de sua localização na planície costeira facilitava tanto as invasões de corsários como os ataques indígenas. A insegurança do local aliada à infertilidade do solo leva os moradores da povoação a se deslocarem da foz do rio Mutarí para o alto de um platô, mais ao norte do litoral, às margens do rio Sernambetiba (atual João de Tiba). Nesta elevação a vila se estabelece definitivamente. Os portugueses erguem a primeira igreja católica em invocação a Nossa Senhora da Conceição. O padre Fernão Cardim ao fazer uma viagem em missão jesuítica, acompanhado pelo padre Cristóvão de Gouveia pelas capitanias, entre 1583 e 1590, visita Santa Cruz e relata sobre o templo em sua epístola:

Junto a Porto Seguro, a quatro léguas está a vila chamada Santa Cruz, situada sobre um formoso rio; terá quarenta vizinhos com seu vigário; é algum tanto mais abastada que Porto Seguro. No dia do Anjo preguei na matriz da vila; houve muitas confissões e muitas comunhões, com extraordinária consolação do povo por haver dias que não ouviam missa por estar seu vigário suspenso; dos moradores portugueses e índios fomos bem agasalhados, com grandes insígnias de amor e abundância do necessário

(...) Depois que o padre visitou a casa, ouvindo as confissões gerais com muita consolação de todos, e deixando os avisos necessários, partimos para outra aldeia de Santo André (...) (CARDIM, 1980, p. 79).

No início da colonização, estas manifestações de fé estiveram concentradas, principalmente no litoral, somente a partir do século XVIII, com a penetração pelo interior é que se espalhou a doutrina cristã pela colônia. A Igreja Católica administrava eclesiasticamente a Colônia paralela ao Estado, através das Freguesias e Paróquias representadas por uma igreja matriz. Apesar de serem instituições distintas estavam ligadas entre si, a religião oficial do Estado era o Catolicismo, conseqüentemente todos os cidadãos deveriam ser católicos.

Sendo a Vila de Santa Cruz povoada em dois níveis, a parte inferior ao nível do mar ficavam as áreas residenciais de colonos e aldeões. Na parte superior da cidade ficavam os prédios administrativos da vila, bem como a Igreja de Nossa Senhora da Conceição. De fato, como afirma GÂNDAVO (1989), a construção de templos e obras dedicadas à fé católica foi um dos grandes empreendimentos da época.

Por todas as Capitanías desta Provincia estão edificados Mosteiros dos Padres da companhia de Jesus e feitas em algumas partes algumas Igrejas entre os Índios que sam de paz onde rezidem alguns Padres pera doutrinar e fazer Christãos : o que todos aceitam facilmente sem contradigam alguma porque como elles nam tenham nenhuma Ley nem couza entre si a que adorem, he-lhes muito facil tomar esta nossa (GÂNDAVO, 1858, p. 63).

No imaginário português os povos nativos necessitavam de um certo assistencialismo no diz respeito à vida social e principalmente religiosa. Tendo como premissa a ideia de os índios não possuíam um sistema de leis, regras de convivência e práticas ritualísticas de cunho religioso, acreditavam que a assimilação da nova fé imposta não seria uma ação difícil de ser implantada.

Como dito anteriormente não o foi, apesar do fato de que os povos nativos sempre se voltavam às antigas práticas e costumes mesmo com o aprendizado da fé católica. Neste contexto, o erguimento de templos católicos visava não somente um local para a realização de missas e celebrações religiosas, mas também demonstravam a imponência lusitana em suas edificações de cunho religioso, tendo em vista as estruturas tidas como “rudimentares” construídas pelos índios em suas aldeias nativas.

Neste contexto histórico e ideológico as duas primeiras igrejas Católicas da Vila de Santa Cruz foram erigidas ao decorrer dos eventos históricos. Cartas enviadas à

Coroa Portuguesa revelam a planta arquitetônica do templo dedicado à Nossa Senhora da Conceição foi elaborada pelo engenheiro português Gaspar de Abreu, que seria semelhante a igreja da Palma de Salvador na Bahia, pela povoação ser pequena. A alvenaria seria de pedra e cal, ladrilho, reboque, cantaria e telhado. Os documentos também revelaram dois dados importantes, a primeira foi esclarecer a população que a igreja não foi construída pelos jesuítas, como se pensava e a segunda era de que a construção era datada do século XVII, do ano de 1630. Pelas informações documentais a obra foi concluída em 1715, ou seja, no início do século XVIII. E sob o alvará eclesiástico de 5 de dezembro de 1775, a igreja de Nossa Senhora da Conceição foi elevada ao título de Matriz e a vila de Santa Cruz a categoria de Freguesia.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O tema proposto neste estudo nos levou a refletir sobre os interesses dos europeus, em especial do Estado Português durante as viagens ultramarinas na conquista do território do continente americano, na descoberta de novas rotas comerciais e na expansão dos seus domínios. Juntamente neste contexto histórico avaliamos a atuação da Igreja Católica Apostólica Romana associada ao projeto de ocupação e colonização das terras.

No processo de colonização do Brasil, que se intensificou a partir de 1549, observamos que para a Coroa Portuguesa era de suma importância a implantação da fé católica para a população indígena como instrumento doutrinário, mas acima de tudo dominador, ou seja, sem levar em conta as formas de ser e de viver dos povos nativos, trazendo modificações irreparáveis das quais assistimos ou vivemos nos dias atuais.

Sabemos que o processo colonizador perdurou por mais de três séculos e por isso estamos cientes da vastidão do tema. O que esta pesquisa procurou fazer consistiu em analisar um recorte do período inicial para evidenciar as formas e os mecanismos utilizados pela imposição dos poderes estabelecidos pela Coroa Portuguesa. A Igreja Católica apesar de sua atuação e de seus interesses religiosos,

teve um papel relevante no processo histórico de formação da identidade nacional brasileira.

Contudo, foi possível observar que a formação de tal identidade foi marcada por invasões, destituição de terras, mortes, extração de riquezas e outras feridas que hoje, mais de meio milênio após o fato histórico ser consumado, reverberam de forma latente na construção do sistema social, político, econômico e religioso que o Brasil possui. Na propagação da fé católica e educativa, ao longo do tempo a doutrina foi sendo imposta aos nativos que se assimilaram dela, criando assim novas formas de ser, de crer e de viver de acordo com a nova realidade colonial ao qual foram condicionados.

## REFERÊNCIAS:

ARANTES, Antônio A. **Museu Aberto do Descobrimento**: Guia Cultural. Campinas: Andrade & Arantes Ltda, 2001.

ARAGÃO, Salvador Pires de Carvalho e. **Estudos sobre a Bahia Cabrália e Vera Cruz** (feitos por ordem do Governador do Estado, Sr. Cons. Luis Vianna) Bahia: Litho – Tup. e encadernação de Reis & C. editores, 1899.

ARNAUT DE TOLEDO, César de Alencar; RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins. Estrutura e organização das *Constituições* dos jesuítas (1539-1540). **Acta Scientiarum**. Maringá, v. 24, n. 1, p. 103-113, 2002.

BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. IPAC – **Inventário de Proteção do Acervo Cultural: monumentos e sítios do litoral sul**. Salvador, 1988.

BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciências e Tecnologia – SEPLANTEC. Centro de Estatísticas e Informações-CEI – **Informações Básicas dos Municípios Baianos**: região extremo sul. Salvador, 1991.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BUENO, Eduardo. **Capitães do Brasil**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

BACELLAR, Carlos. **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

CASAL, Manuel Aires de. **Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976. (Reconquista do Brasil, nova série, v. 27)

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1980. (Reconquista do Brasil)

CORTESÃO, Jaime. **A Carta**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1994. (Obras completas)

COUTO, Jorge. **A construção do Brasil**. Lisboa: Cosmos, 1998.

DENIS, Ferdinand. **Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1980. (Reconquista do Brasil, nova série, v. 46)

FAUSTO; Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo-EDUSP, 2004.

GANDAVO, Pero de Magalhães de. **A primeira história do Brasil: história da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil**; modernização do texto original de 1576 e notas – 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

GANDAVO, Pero Magalhães de. **História da Província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos de Brasil**. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1858.

GUEDES, Max Justo. **O Descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha, 1998.

HOORNAERT, E. **A cristandade durante a primeira época colonial**. In: História da Igreja. Petrópolis: Vozes, 1983.

HOORNAERT, Eduardo. **História da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, tomo II, 1979.

LEVI, Giovanni. 30 anos depois: repensando a Micro-história. In: MOREIRA, Pulo; VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (org.). Ensaio de Micro-história: trajetória e migração. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 18-31.

LUSTOSA, Oscar F. **Catequese Católica no Brasil**: para uma história evangelizadora. São Paulo: Paulinas, 1992.

MAXIMILIANO, de Wied-Neuwied. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 1989. (Coleção Reconquista do Brasil, 2. série; v. 156

MOTTA, Leticia de Barros. **A tralha doméstica e o processo de urbanização de Porto Seguro**. São Paulo: USP, 1998. (Dissertação de Pós Graduação em Arqueologia)

NETO, Sidrach Carvalho. **Santa Cruz Cabrália, Cinco Séculos de História**. Secretaria da Cultura e Turismo (Cidades da Bahia), Salvador, 2004.

NÓBREGA, Manoel da. **Cartas do Brasil, 1549-1560**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1988. (Cartas jesuíticas, v. 1) (Reconquista do Brasil, nova série, v. 147)

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. **Breve histórico da presença indígena e atuais comunidades Pataxó do Baixo Extremo Sul da Bahia**. Salvador, 1994. (mimeografado)

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro Cia. Editora Nacional; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

TOURINHO, Eduardo. **Alma e Corpo da Bahia**. Rio de Janeiro: Irmão Ponguetti Eds., 1953.

VILHENA, Luis dos Santos. **A Bahia no século XVIII**. Bahia: Editora Itapoã, 1799.